ISSN: 2358-8829

ORIENTAÇÃO FAMÍLIA–ESCOLA NA REABILITAÇÃO INFANTIL: MEDIAÇÕES PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL

Suzana Teixeira Pinto[1]
Adriana Luna Leitão[2]

INTRODUÇÃO

A escolarização de crianças e adolescentes com deficiência constitui um direito que pressupõe condições efetivas de acesso, participação, aprendizagem e permanência. No contexto da reabilitação infantil ambulatorial, sua efetivação envolve a relação entre família, escola e equipe multiprofissional, considerando as diferentes responsabilidades e os conhecimentos produzidos por esses sujeitos e instituições.

A família contribui com conhecimentos sobre as necessidades, os interesses e as possibilidades da criança; a escola responde pela organização do ensino e pela oferta de oportunidades de aprendizagem e participação; e o serviço de reabilitação pode colaborar na identificação de necessidades funcionais e na construção de estratégias de acessibilidade. A articulação entre esses contextos permite analisar as demandas de escolarização para além das características diagnósticas dos estudantes, considerando também as condições oferecidas pelos ambientes escolares.

Essa compreensão fundamenta-se no modelo social da deficiência (Oliver e Barnes, 2012), segundo o qual as restrições à participação resultam da interação entre características individuais e barreiras presentes nos contextos sociais e institucionais. No campo educacional, essa perspectiva desloca o foco das limitações atribuídas ao estudante para as condições de ensino, comunicação, acessibilidade e organização escolar. Assim, a matrícula, embora indispensável, não assegura isoladamente o direito à educação, sendo necessário considerar as oportunidades de participação, aprendizagem e continuidade da trajetória escolar, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e com o conceito de pessoa com deficiência estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia UFRJ, Mestranda IFRJ - RJ, tpsuzana@gmail.com;
[2] Graduada pelo Curso de Pedagogia UFRJ, Doutoranda UERJ – RJ, drileitao@gmail.com

ISSN: 2358-8829

da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º), que a define a partir da interação com barreiras.

A análise das barreiras e dos facilitadores da inclusão contribui para compreender essas condições. Barreiras pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e organizacionais podem restringir o acesso ao currículo e a participação nas atividades escolares. Em contrapartida, práticas pedagógicas acessíveis, flexibilização curricular, recursos de Tecnologia Assistiva, apoios adequados e relações colaborativas podem ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação.

Na reabilitação infantil, a interdisciplinaridade favorece a compreensão das necessidades dos estudantes em suas diferentes dimensões. Informações sobre mobilidade, comunicação, posicionamento e realização de atividades cotidianas podem subsidiar a análise das condições de participação escolar, desde que relacionadas às demandas concretas do ambiente educacional e respeitadas as atribuições de cada setor. Nesse processo, a mediação pedagógica contribui para aproximar os conhecimentos da saúde das demandas da escolarização, sem substituir a autonomia da escola na organização de suas práticas.

No contexto da reabilitação infantil ambulatorial, a atuação da Pedagogia Hospitalar assume essa função mediadora por meio do atendimento de Orientação Familiar–Escolarização em um hospital de reabilitação no Rio de Janeiro. Desenvolvido junto a crianças e adolescentes acompanhados por equipe multiprofissional, incluindo estudantes com paralisia cerebral, mielomeningocele, doenças neuromusculares e ataxias, o atendimento busca identificar demandas escolares, analisar barreiras e facilitadores e orientar famílias quanto às possibilidades de interlocução com as instituições de ensino.

A experiência institucional evidencia a relevância de sistematizar as situações acompanhadas e as estratégias construídas neste trabalho. Diante disso, o estudo tem como objetivo analisar as demandas, as barreiras, os facilitadores e as estratégias de mediação relacionadas à escolarização de crianças e adolescentes com deficiência acompanhados em um serviço de reabilitação infantil ambulatorial, com foco na atuação da Pedagogia na articulação entre família, escola e equipe de reabilitação. Especificamente, busca caracterizar as demandas de escolarização apresentadas pelas famílias; identificar barreiras pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e organizacionais; reconhecer facilitadores nos contextos escolares; analisar as estratégias

de mediação desenvolvidas pela equipe de Pedagogia; e sistematizar contribuições para o aprimoramento da prática institucional.

1.1 O Modelo Social da Deficiência e a Educação Inclusiva

O modelo social da deficiência (Oliver e Barnes, 2012) desloca a compreensão das restrições à participação das características individuais para a interação entre os sujeitos e as barreiras presentes nos contextos sociais. Aplicada à educação, essa perspectiva permite questionar práticas que atribuem exclusivamente ao estudante as dificuldades de escolarização, sem considerar a acessibilidade dos materiais, as estratégias de ensino, as formas de comunicação e a organização dos espaços e tempos escolares. Essa compreensão encontra respaldo na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º), que define a pessoa com deficiência a partir da interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras, e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que orienta a organização dos sistemas de ensino para garantir acesso, participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

Nessa abordagem, a inclusão exige que as instituições de ensino reconheçam diferentes formas de aprender, comunicar-se, movimentar-se e participar. Diagnósticos como paralisia cerebral, mielomeningocele, doenças neuromusculares e ataxias podem estar associados a necessidades específicas, mas não determinam isoladamente as possibilidades de aprendizagem. É necessário analisar como as características funcionais se relacionam às atividades propostas e aos recursos disponíveis nos ambientes escolares.

1.2 Barreiras e Facilitadores no Processo de Inclusão

As barreiras à inclusão podem manifestar-se nas dimensões pedagógica, comunicacional, atitudinal e organizacional. No âmbito pedagógico, relacionam-se à ausência de diversificação das estratégias de ensino, à utilização de materiais inacessíveis e à inflexibilidade das atividades e avaliações. As barreiras comunicacionais restringem a compreensão e a expressão; as atitudinais envolvem expectativas reduzidas e concepções que limitam a participação; e as organizacionais dizem respeito à insuficiência de apoios, recursos e condições institucionais.

ISSN: 2358-8829

Os facilitadores, por sua vez, incluem práticas pedagógicas acessíveis, flexibilização curricular, recursos de Tecnologia Assistiva, diferentes formas de comunicação, disponibilidade de apoios e colaboração entre profissionais e famílias. A análise dessas dimensões, fundamentada no Index for Inclusion (Booth; Ainscow, 2011), permite compreender não apenas a presença de recursos, mas sua efetiva contribuição para a participação e a aprendizagem, ao considerar as barreiras à aprendizagem e à participação no âmbito das culturas, políticas e práticas escolares.

1.3 Interdisciplinaridade na Reabilitação Infantil

A reabilitação infantil envolve diferentes áreas profissionais na compreensão das necessidades relacionadas à funcionalidade, à comunicação, à mobilidade e à participação. No contexto escolar, conhecimentos sobre posicionamento, manipulação de materiais, comunicação e cuidados pessoais podem contribuir para identificar condições necessárias à realização das atividades pedagógicas.

A interlocução entre saúde e educação pressupõe o reconhecimento das atribuições de cada setor. Enquanto a equipe de reabilitação contribui com conhecimentos sobre as condições funcionais e os recursos de apoio, a escola responde pela organização do ensino e do planejamento pedagógico. A família, por sua vez, compartilha conhecimentos sobre a criança e sua rotina. A articulação dessas perspectivas favorece orientações contextualizadas, sem subordinar as práticas escolares às recomendações clínicas.

1.4 Mediação Pedagógica e Articulação Intersetorial (Saúde e Educação)

A mediação pedagógica na interface entre saúde e educação envolve a identificação das demandas de escolarização, a análise das barreiras presentes nos contextos escolares e a construção de estratégias que favoreçam a participação dos estudantes. No serviço de reabilitação, essa atuação pode incluir avaliação pedagógica, orientação às famílias, elaboração de relatórios e interlocução com profissionais das instituições de ensino.

A participação familiar é fundamental para contextualizar as necessidades e experiências da criança, mas não implica transferir aos responsáveis a responsabilidade pela efetivação da inclusão. Do mesmo modo, a interlocução com a escola deve respeitar sua autonomia na organização do trabalho pedagógico. Cabe à Pedagogia

contribuir para a circulação de informações pertinentes e para a construção colaborativa de possibilidades de acessibilidade e participação, em consonância com a ênfase do Index for Inclusion (Booth; Ainscow, 2011) na colaboração, na participação da família e na construção coletiva de práticas inclusivas.

Nesse sentido, a articulação intersetorial constitui uma estratégia de aproximação entre conhecimentos e responsabilidades distintas. Sua contribuição está na análise das situações concretas de escolarização e na construção de respostas relacionadas às necessidades dos estudantes e às condições oferecidas pelas instituições. Essa perspectiva encontra respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que prevê a articulação intersetorial, e é aprofundada em documentos recentes do Ministério da Educação, especialmente nos Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com destaque para o volume Educação Inclusiva e Intersetorialidade (Pletsch; Bridi; Sá, 2026). A regulamentação dessa política, por meio do Decreto nº 12.686/2025 e da Portaria MEC nº nº 550/2026, também estabelece mecanismos de articulação entre as redes de ensino e os serviços de saúde e assistência social. Essa perspectiva fundamenta a análise da experiência de Orientação Familiar–Escolarização apresentada neste trabalho.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentado na reflexão sobre a prática clínico-institucional desenvolvida pela equipe de Pedagogia Hospitalar no atendimento de Orientação Familiar–Escolarização de um serviço de reabilitação infantil ambulatorial no Rio de Janeiro.

A sistematização considera as situações acompanhadas no atendimento às crianças, aos adolescentes e seus familiares/cuidadores, bem como os processos de interlocução estabelecidos com as instituições de ensino e a equipe multiprofissional.

A análise adota uma perspectiva relacional, considerando três dimensões interdependentes: as características e necessidades de cada estudante; as condições pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e organizacionais do contexto escolar; e os apoios mobilizados pelos diferentes atores envolvidos. As experiências foram organizadas em cinco eixos: demandas de escolarização, barreiras à inclusão,

ISSN: 2358-8829

facilitadores da participação, estratégias de mediação pedagógica e articulação família–escola–reabilitação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência da equipe de Pedagogia evidencia que as demandas relacionadas à escolarização de crianças e adolescentes acompanhados no serviço de reabilitação ultrapassam suas características individuais e envolvem as condições concretas oferecidas pelos contextos escolares. Nos atendimentos, são identificadas demandas relativas ao acesso, à aprendizagem, aos cuidados pessoais e à continuidade da trajetória escolar, assim como barreiras e facilitadores que interferem na participação dos estudantes. A análise foi organizada em cinco eixos: demandas de escolarização; barreiras identificadas; facilitadores da inclusão; estratégias de mediação da Pedagogia Hospitalar; e articulação família–escola–reabilitação.

1. Demandas de escolarização

As demandas apresentadas pelas famílias no atendimento de Orientação Familiar–Escolarização concentram-se no acesso à escola, nas transições entre etapas de ensino e nas condições necessárias à participação e à aprendizagem. A procura pelo serviço é frequente nos momentos de ingresso na Educação Infantil, especialmente em creches e pré-escolas, e nas transições para o Ensino Fundamental, seus anos finais e o Ensino Médio.

Na inserção na Educação Infantil, as famílias relatam preocupações relacionadas à alimentação, hidratação, sono, posicionamento e higiene, além de receios diante de situações de exclusão e violência contra pessoas com deficiência. Nas transições escolares, destacam-se dúvidas sobre a continuidade dos processos de ensino, dos apoios, das condições de acessibilidade, dos cuidados pessoais e dos vínculos construídos com colegas e profissionais. Embora algumas dificuldades sejam comuns aos estudantes em geral, essas mudanças podem mobilizar necessidades específicas de planejamento e suporte para crianças com deficiência e suas famílias.

As dificuldades relacionadas à alfabetização e a outras aprendizagens também aparecem de forma recorrente. São mencionadas demandas referentes à leitura, à escrita, à consciência fonológica, ao grafismo e ao raciocínio lógico-matemático, além de

ISSN: 2358-8829

questões relacionadas à atenção, à memória de trabalho, à velocidade de processamento, às funções executivas e à regulação do comportamento em sala de aula.

Outra demanda relevante diz respeito aos cuidados pessoais e às atividades de vida diária no ambiente escolar. Alimentação, higiene, trocas de fralda, vestuário e mobilidade podem exigir condições materiais, adaptações na infraestrutura e atuação de profissionais de apoio escolar. Em determinadas situações, também são necessárias orientações para a realização de procedimentos de saúde, como o cateterismo vesical intermitente. Essas questões tornam-se especialmente relevantes nos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, quando a organização dos cuidados precisa ser articulada às atividades pedagógicas, preservando a dignidade, a privacidade e o respeito ao corpo do estudante.

Por fim, são frequentes as solicitações relacionadas ao acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), às Salas de Recursos Multifuncionais e ao Profissional de Apoio Escolar. As demandas apresentadas demonstram que a escolarização envolve não apenas a matrícula, mas a disponibilidade de apoios e a organização de condições que permitam ao estudante participar das atividades e acompanhar seu percurso educacional.

2. Barreiras identificadas

As situações relatadas pelas famílias evidenciam barreiras organizacionais, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais. Entre as organizacionais, destacam-se dificuldades para obtenção de vagas, entraves nos processos de matrícula, condicionamento da frequência à presença de familiares ou à contratação de profissional de apoio, demora na disponibilização de serviços especializados e dificuldades de acesso ao transporte adaptado. Também são relatadas reduções da jornada escolar justificadas pela insuficiência de profissionais ou pela necessidade de cuidados pessoais.

No âmbito pedagógico, aparecem a ausência de planejamento individualizado, de Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e de Plano Educacional Individualizado (PEI), bem como a resistência à flexibilização de atividades e avaliações. Há situações em que a oferta educacional fica restrita à Sala de Recursos ou a horários reduzidos, sem integração efetiva às atividades da turma regular. As barreiras atitudinais e comunicacionais manifestam-se na insegurança de profissionais diante das

ISSN: 2358-8829

necessidades dos estudantes, em expectativas reduzidas de aprendizagem e em dificuldades de comunicação e interação com os pares.

Essas situações indicam que parte dos obstáculos à escolarização está relacionada à organização institucional e à insuficiência de apoios, e não exclusivamente às condições de saúde ou às características dos estudantes.

3. Facilitadores da inclusão

Entre os facilitadores identificados, destacam-se a atuação articulada dos professores regentes, dos profissionais de apoio escolar e dos professores do AEE; a disponibilidade de recursos de Tecnologia Assistiva; a acessibilidade física e pedagógica; e o acolhimento por parte da comunidade escolar.

São mencionados recursos como lupas, adaptadores de lápis, cadernos com pautas e marcadores visuais, abafadores de ruído, mobiliário adaptado e jogos multissensoriais. A acessibilidade dos espaços, incluindo a circulação com andadores e cadeiras de rodas e a existência de banheiros adaptados, também constitui condição relevante para a participação.

As relações estabelecidas na escola igualmente favorecem a inclusão. A postura acolhedora de gestores e docentes, os vínculos positivos com os colegas e o envolvimento das famílias na comunidade escolar contribuem para a experiência de pertencimento. Nos momentos de ingresso e transição, referências positivas de familiares, conhecidos ou outras famílias de crianças com deficiência também podem favorecer a aproximação com a instituição de ensino.

A experiência dos atendimentos indica que esses facilitadores produzem melhores condições de participação quando estão associados à organização do trabalho pedagógico e à disponibilidade de apoios, não dependendo de recursos isolados.

4. Estratégias de mediação da Pedagogia Hospitalar

A atuação da Pedagogia Hospitalar envolve avaliação pedagógica, elaboração de relatórios orientadores, acompanhamento das demandas escolares, orientação às famílias e interlocução com as instituições de ensino. Essas ações buscam relacionar as informações produzidas no acompanhamento ambulatorial às necessidades concretas de escolarização.

As avaliações e sondagens pedagógicas e psicopedagógicas utilizam protocolos formais para investigar habilidades relacionadas à leitura, à escrita, à consciência fonológica, ao raciocínio lógico-matemático e ao grafismo. Os relatórios elaborados a partir desses procedimentos apresentam informações descritivas sobre o desempenho e as necessidades educacionais identificadas, podendo subsidiar processos de matrícula, solicitações de apoio e discussões sobre adequações pedagógicas. Esses documentos oferecem subsídios à interlocução com a escola, sem substituir sua avaliação pedagógica ou prescrever condutas descontextualizadas.

A orientação às famílias também contempla propostas de estimulação no ambiente domiciliar, com indicação de jogos lúdicos e multissensoriais, materiais literários e aplicativos educativos. As sugestões consideram as possibilidades da rotina familiar, evitando transformar as atividades em novas exigências ou sobrecarga para os responsáveis.

No diálogo sobre acessibilidade curricular, são discutidas estratégias para adequar os meios de realização das atividades e de demonstração das aprendizagens. Entre as possibilidades apresentadas, destacam-se:

- Redução da demanda motora de escrita, com respostas de múltipla escolha, digitação em celulares ou tablets e utilização de cartões móveis ou adesivos com letras e números;
- Modificações na organização das avaliações, como distribuição de provas em dias diferentes, enunciados mais diretos e alternativas de resposta;
- Apoios às funções executivas e à regulação do comportamento em sala de aula;
- Introdução de recursos de Tecnologia Assistiva para ampliar a comunicação, a participação e a aprendizagem;
- Orientações sobre posicionamento e cuidados com o corpo durante as atividades escolares.

Essas estratégias buscam reduzir barreiras que não são essenciais aos objetivos pedagógicos, preservando as oportunidades de participação e expressão dos conhecimentos construídos pelo estudante.

O acompanhamento ocorre por meio de atendimentos presenciais e teleatendimentos, retomando demandas e orientações conforme as necessidades identificadas no percurso escolar. Além dos atendimentos individuais, são realizadas

experiências que integram duas ou três famílias, favorecendo a troca de experiências, o compartilhamento de informações e a ampliação das possibilidades de apoio entre os participantes.

5. Articulação família–escola–reabilitação

A articulação entre família, escola e equipe de reabilitação constitui uma dimensão do trabalho de mediação pedagógica. A partir das informações compartilhadas pela equipe multiprofissional, a Pedagogia contribui para relacionar aspectos funcionais e necessidades identificadas no acompanhamento em saúde às condições de participação nas atividades escolares. Essa interlocução pode envolver reuniões e videoconferências com familiares, professores e gestores, discussão de situações específicas e construção de estratégias contextualizadas, incluindo a elaboração ou revisão do PEI.

A família participa desse processo compartilhando conhecimentos sobre a criança, suas formas de comunicação, preferências e necessidades cotidianas. A orientação também contempla informações sobre direitos educacionais, serviços de apoio e possibilidades de interlocução com as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela garantia desses direitos. Busca-se, assim, ampliar as condições de participação dos familiares nas decisões, sem transferir a eles a responsabilidade pela efetivação da inclusão.

A atuação exige conhecimento sobre a organização das diferentes redes de ensino e seus procedimentos de acesso aos serviços e apoios educacionais. As demandas envolvem principalmente as redes municipais, mas também instituições estaduais, federais e privadas, conforme a trajetória escolar dos estudantes. Nesse contexto, a orientação pode abranger questões relativas à matrícula, ao AEE, à solicitação de profissionais de apoio, às transições entre etapas e aos processos de ingresso em novas instituições.

A mediação também alcança situações de afastamento da escola regular em razão de adoecimento ou internação em outras unidades hospitalares, quando são necessárias orientações sobre a oferta de atendimento pedagógico hospitalar ou domiciliar, conforme a organização da rede responsável. Dessa forma, a interlocução entre família, escola e serviços de saúde busca contribuir para a continuidade do percurso educacional diante das diferentes situações vivenciadas pelos estudantes.

A análise dos cinco eixos evidencia que a efetivação do direito à educação não se esgota no acesso formal à escola. As situações acompanhadas demonstram que a participação, a aprendizagem e a permanência dependem das condições de acessibilidade, da organização dos apoios, das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas no contexto escolar. A experiência também permite reconhecer a contribuição da Pedagogia Hospitalar na identificação de barreiras, na orientação às famílias e na construção de estratégias que aproximam os conhecimentos da reabilitação das demandas da escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência institucional evidencia a relevância da Pedagogia Hospitalar na mediação entre família, escola e equipe de reabilitação, especialmente na identificação de barreiras, no reconhecimento de facilitadores e na construção de estratégias relacionadas às demandas concretas da escolarização.

A análise demonstra que as possibilidades de participação, aprendizagem e permanência de crianças e adolescentes com deficiência dependem da relação entre suas necessidades, as condições oferecidas pelas instituições de ensino e os apoios efetivamente disponibilizados. A insuficiência de recursos, a transferência de responsabilidades às famílias e as práticas pedagógicas restritivas permanecem como obstáculos à efetivação do direito à educação.

A orientação família–escola constitui, nesse cenário, uma prática de mediação pedagógica e intersetorial que aproxima conhecimentos, fortalece a interlocução entre os envolvidos e contribui para a continuidade dos percursos educacionais. Sua atuação não substitui as responsabilidades da escola ou dos sistemas de ensino, mas oferece subsídios para a construção compartilhada de condições de acessibilidade e participação.

A sistematização da experiência contribui para o aprimoramento da prática institucional e reafirma a compreensão da criança e do adolescente com deficiência como sujeitos de direitos e possibilidades, cuja aprendizagem e participação não podem ser limitadas pelas barreiras presentes nos contextos escolares.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Relação família-escola, Pedagogia Hospitalar, Neurorreabilitação.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for inclusion: developing learning and participation in schools**. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2011.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Reneei), de que trata o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 91, p. 45, 18 maio 2026. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240. Acesso em: 9 nov. 2026.

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. **The new politics of disablement**. 2. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

PLETSCH, Márcia Denise; BRIDI, Fabiane Romano de Souza; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de. **Educação inclusiva e intersetorialidade**. Organização de Francisca Geny Lustosa, Francisca Sueli Farias Nunes e Maria Simone da Silva. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. 60 p. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 11).